

Economia da funcionalidade*

Christian du Tertre*

A noção de economia da funcionalidade é utilizada para tratar de três processos distintos, que concernem o surgimento de novos modelos econômicos. Tais processos não exercem o mesmo impacto sobre o desenvolvimento sustentável e sobre sua dimensão territorial.

1. Os três modelos da economia da funcionalidade

O primeiro processo está ligado à mudança operada no âmbito das empresas industriais ou empresas comerciais, que passam da produção ou da venda de bens de capital ao aluguel desses bens, tanto às famílias quanto às empresas. A venda do uso de um bem – e não de sua propriedade – pode ser considerada como a base da economia da funcionalidade, correspondente à “fase EF.0” (“*stade* EF.0”). É o caso, por exemplo, da empresa *Lokéo*¹, filial do grupo *Boulanger*, a qual, em vez de vender televisores, computadores, lava-louças, opta por alugá-los.

O segundo processo concerne empresas de serviços ou empresas industriais que desenvolvem e produzem “soluções” que integram bens e serviços, tendo em vista atingir uma “performance de uso”. É na pertinência dessa integração que reside a possibilidade de obtenção da performance desejada. A convergência de interesses se dá por meio de um contrato alicerçado em compromissos recíprocos. Esse processo pode ser considerado como a “fase EF.1” da economia da funcionalidade. Por exemplo, a empresa *Michelin* desenvolve e propõe alternativas às empresas que cuidam da gestão de frotas de veículos pesados, propondo-lhes um determinado modo de uso de seus pneus a fim de garantir que tenham uma maior quilometragem. A iniciativa consiste, primeiramente, em desenvolver e produzir pneus que durem mais e, em seguida, alugá-los, integrando na locação serviços de manutenção (enchimento/calibragem) e também de formação à condução ecológica, de tal forma que ambos contribuam para a redução do desgaste dos pneus e, em paralelo, do consumo de combustível.

O terceiro processo concerne empresas e agentes territoriais que fazem um acordo para desenvolver e pôr em prática “soluções integradas” de serviços (ou de bens e de serviços), de modo que essa integração leve em conta questões consideradas como essenciais do ponto de vista territorial. As soluções assumem a forma de uma convergência de interesses entre empresas, usuários-cidadãos e territórios. O perímetro dos agentes envolvidos e a abrangência geográfica da execução da solução têm incidência direta sobre o desenvolvimento do território em questão. A “performance territorial” da solução nos leva a considerar esse

* Tradução de Renan de Oliveira. Revisão técnica de Francisco de Paula Antunes Lima

* Universidade Paris VII/LADYSS; ATEMIS.

¹ Cf. site do clube « Economie de la Fonctionnalité et Développement Durable » : <http://www.club-economie-fonctionnalite.fr/>

processo como a “fase EF.2” da economia da funcionalidade. De modo geral, ela conduz à emergência de um ecossistema produtivo e cooperativo.

Por exemplo, na área da saúde, a empresa *Gesnord* (Nord Pas-de-Calais), que é uma central de atendimento destinada a marcar consultas dos pacientes com seus médicos, estendeu as suas atividades para poder tratar de questões relacionadas à desertificação médica nessa região mineradora. Excesso de trabalho dos médicos generalistas e consequente diminuição do número de profissionais, ausência de médicos especialistas, má orientação dos pacientes e saturação dos serviços de emergências eram alguns dos problemas enfrentados. A empresa alterou sua trajetória de desenvolvimento: remodelou o serviço que oferecia aos médicos generalistas; estabeleceu uma cooperação com os especialistas de outros territórios para organizar sua instalação na região; e associou prefeitos e agentes de saúde territoriais às suas iniciativas. A *Gesnord* expandiu sua oferta de serviços para melhorar o acesso aos cuidados de saúde. A cooperação com os médicos e com os atores do território foi a alavanca central dessa nova orientação estratégica.

Esses três processos que conduzem ao surgimento de novos modelos de negócios têm em comum o fato de induzirem o desenvolvimento das atividades de serviço e, dessa forma, de afastar as possibilidades de venda de direitos de propriedade. Nos três casos, a empresa prestadora continua proprietária dos bens de capital utilizados durante o serviço. Ela é, portanto, diretamente estimulada a desenvolver e a utilizar os bens pelo período de tempo o mais longo possível, visando o desenvolvimento do ecodesign. Quanto mais o bem durar, maior é a diminuição da amortização da sua compra.

2. Os impactos diferenciados desses três modelos para o desenvolvimento sustentável

Há diversas diferenças entre o primeiro processo e os dois outros quanto à dinâmica de performance na qual se inserem as empresas. O primeiro processo abrange uma performance de tipo industrial, enquanto os dois outros estão relacionados com o setor de serviços.

A respeito disso, três conjuntos de observações devem ser formuladas.

No modelo locatício (fase EF.0), a rentabilidade da empresa depende das quantidades alugadas. Dado que os serviços são concebidos e administrados como quase-bens, a empresa tem interesse em aumentar a quantidade de aluguéis, o que induz um aumento prévio do volume da produção. Isto é possível porque a redução do preço do acesso aos bens favorece o aumento da frequência de uso do serviço. O modelo não descarta os “efeitos rebotes” (“*effet-rebond*”) que atrapalham o impacto positivo do ecodesign sobre o meio ambiente. No caso da *Lokéo*, o aluguel dos bens favorece a sua rápida substituição, acompanhando o avanço tecnológico, o que acelera a frequência das renovações, com seus efeitos negativos sobre a quantidade de recursos naturais não-renováveis utilizados.

Em contrapartida, nos dois outros processos (fase EF.1 e fase EF.2), desenvolvem-se soluções baseadas no “efeito tesoura” (“*effet ciseaux*”): redução do impacto quanto ao uso dos bens e aumento dos efeitos úteis de ordem imaterial gerados pela integração dos serviços. A renda das empresas prestadoras – e, incidentalmente, sua rentabilidade – tem por base a sua

capacidade de atingir a performance esperada, ou mesmo de ultrapassá-la. Ela é obtida devido a ganhos de produtividade relacionados à pertinência da integração de bens e de serviços, às economias baseadas na confiança e aos ganhos de tempo ligados ao caráter complementar das competências e dos conhecimentos. Essa produtividade dos serviços se baseia no reconhecimento do papel estratégico dos recursos imateriais associados à dimensão humana da economia. Essa performance pode associar, de maneira intrínseca, objetivos ambientais e objetivos sociais. Por exemplo, no âmbito da mobilidade, soluções intermodais de transporte (pesados e leves, individuais e coletivos) podem ter como objetivo uma redução dos engarrafamentos, da poluição que os acompanha e, conjuntamente, das desigualdades de acesso aos serviços ou aos empregos dos centros urbanos.

O modelo locativo (fase EF.0) tem tendência a conservar uma organização e uma gestão neo-taylorista do trabalho, concentrando-se sobre a divisão entre um trabalho prescrito e a avaliação de resultados quantificáveis, cuja execução se dá sob controle. Uma vez que a inovação dos serviços e dos processos fica reservada aos especialistas da área de Pesquisa e Desenvolvimento e de Marketing, a inovação tecnológica ganha primazia e se impõe, de cima para baixo, aos trabalhadores, que são considerados como simples executantes. Isso conduz a uma perda do sentido do trabalho e a uma ausência de reconhecimento do trabalho efetivo, que são muito prejudiciais à saúde e à criatividade dos trabalhadores.

Por outro lado, os dois outros processos (fase EF.1 e fase EF.2) têm por base uma cooperação entre os prestadores e os beneficiários dos serviços. É a qualidade da cooperação dos parceiros que permite atingir a performance de uso ou a performance territorial. Nesses modelos, o serviço leva em conta a ação dos beneficiários ou do cidadão. Sua evolução deve, assim, levar em consideração a experiência de cooperação entre os diferentes protagonistas. O compartilhamento de experiências torna-se estratégico, colocando aqueles funcionários em contato com o público no centro da inovação. A inovação tecnológica subordina-se, portanto, às inovações societárias e institucionais. Ao favorecer o reconhecimento do trabalho real, esses modelos abrem espaço à criatividade, facilitando o “viver em comum” e a cidadania nos territórios.

Nos setores de atividade caracterizados por uma forte concorrência, o modelo locativo (fase EF.0) garante, geralmente, uma governança das empresas sob domínio dos agentes financeiros. Por outro lado, os dois outros modelos – um voltado para a performance do uso (fase EF.1) e o outro para performance territorial (fase EF.2) – criam as condições para uma transformação na governança das empresas. Com efeito, o alargamento da atividade se baseia na extensão do perímetro dos agentes envolvidos na produção da solução. Isso conduz a um deslocamento do centro de gravidade das empresas em relação a seu setor de origem, reduzindo o impacto da concorrência. A abertura do seu espaço de ação permite que elas considerem novas formas de financiamento de suas atividades, não se limitando aos acionistas e aos bancos, no caso das empresas, ou a seus orçamentos e também aos bancos, no caso das coletividades territoriais. Outros tipos de atores internos (trabalhadores) e externos (parceiros) às organizações, tais como os cidadãos, podem contribuir ao financiamento, numa perspectiva de convergência de interesses. Dado que a performance de uso e a performance territorial são dependentes da qualidade das cooperações, é estratégico abrir a governança das empresas aos diferentes parceiros do ecossistema cooperativo, aos funcionários das empresas, bem como

aos territórios. Nessa perspectiva, o estatuto SCIC² (Société Coopérative d'Intérêt Collectif / Sociedade Cooperativa de Interesse Coletivo) parece corresponder a esse tipo de abertura e de avanço institucional.

Enfim, os territórios que buscam se inserir numa perspectiva de sustentabilidade deveriam se preocupar com as mudanças no modelo econômico das empresas. As transformações abrangidas pela economia da funcionalidade, principalmente aquelas compreendidas nas fases EF.1 e EF2, representam novas oportunidades que favorecem a transição ecológica, social e econômica dos territórios, num contexto de pressão orçamentária forte e contínua. O estabelecimento de novas relações com as empresas se faz necessário nas iniciativas de cooperação, associando, assim, economia da funcionalidade e economia da cooperação.

Bibliografia

du Tertre C. (2007), "Economie de la fonctionnalité, développement durable et innovations institutionnelles", in E. Heurgon et J Landrieu (coord), *L'économie des services pour un développement durable*, Editions l'Harmattan, collection Prospective, essais et recherche, Paris, pp. 241-255.

Gaglio G., Lauriol J., du Tertre C. (dir.) (2011), *L'économie de la fonctionnalité : une voie nouvelle vers le développement durable ?* Octares Editions, Toulouse, Paris, 167 p.

Lipovac J-C, du Tertre C, Vuidel P. (2013), "Villes durables : vers de nouveaux modèles économiques d'entreprises ?", *L'économie politique*, n°58.

[WWW.cerdd.org](http://www.cerdd.org) ; parcours thématique 2 ; dossiers "Villes durables, vers de nouveaux modèles économiques".

² N.T.: "As sociedades cooperativas participativas (SCOP) são empresas comerciais do tipo "sociedade anônima" ou "sociedade anônima de responsabilidade limitada". Elas podem assumir duas formas legais: a sociedade cooperativa e participativa (SCOP) ou a sociedade cooperativa de interesse coletivo (SCIC). De acordo com a lei de 2001 que estabeleceu a SCIC, o seu objetivo é "a produção ou fornecimento de bens e serviços de interesse coletivo que têm uma utilidade social". O funcionamento de uma SCIC é muito próximo ao de uma SCOP: a gestão é democrática ("uma pessoa, um voto") e o modo de funcionamento não privilegia a lucratividade. A empresa também pertence aos trabalhadores, mas não apenas a eles, e é aí que reside a originalidade das SCICs, já que o capital também pode ser detido pelos beneficiários da atividade (clientes, usuários, fornecedores) e por uma terceira categoria de acionistas, que inclui as comunidades locais, voluntários, financiadores, etc. Nenhuma das partes não pode ter a maioria, o que significa uma partilha de poder intrínseca." (Fonte: <http://www.economie.gouv.fr/ess/scop-scic-cest-quoi>)